



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE OUTUBRO DE 2000

Boa tarde.

Eu queria, em um minuto, por meio do Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, reiterar que informei aos líderes do Congresso Nacional que o Governo está empenhado em buscar recursos para um aumento do salário mínimo.

O Governo mandou uma proposta de Orçamento, cumprindo a Constituição, na qual existe uma referência aos desgastes produzidos pela inflação de 5,75%. Isso é constitucional. O Governo é obrigado a repor as perdas havidas, incorridas no salário mínimo, por ordem da Constituição.

Mas isso é um piso. Na verdade, nós sempre aumentamos acima desse piso. Sempre houve um aumento real, que variou, foi maior, foi menor, dependendo das condições.

Agora, sobretudo depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica bastante claro que o momento adequado para a discussão do nível que o País pode pagar de salário mínimo é o da discussão do Orçamento. Na discussão do Orçamento é possível encon-

trar as fontes permanentes capazes de financiar este aumento, de tal maneira que se chegue a níveis mais adequados. Quanto mais próximo dos níveis que têm sido mencionados, de 180 reais, melhor será. Se for possível mais, melhor será. Mas sempre dentro do conceito de que é preciso buscar recursos reais ou produzir fontes, como, por exemplo, na questão da taxaço de fundos de pensão. Há outras alternativas que podem ser discutidas. Espero que todos os partidos, todos os líderes partidários, os Deputados e Senadores estejam ajudando nesse processo.

Quero relembrar que, no ano passado, o Governo enviou ao Congresso um pedido autorizando os Governadores a fazerem aumentos de salário mínimo. Cada Governador, achando que seu estado tem condições adequadas, já desde hoje, dispõe da faculdade de aumentar o salário mínimo. Como o Brasil é um país onde os estados têm possibilidades desiguais do ponto de vista não apenas orçamentário, mas também do ponto de vista da própria economia de cada estado, parece justo que os Governadores de estados, que têm possibilidade de avançar mais, avancem.

O Governo Federal não tem nenhuma objeção, desde que seja algo feito, como será certamente, com responsabilidade, para que utilizem essa faculdade. Até fiquei surpreso quando verifiquei que nenhum estado, nenhum Governador, mesmo dos partidos que mais reclamam aqui, no plano federal, por um aumento, nenhum deles tomou qualquer medida para aumentar um real que fosse. Imagino que não o fizeram porque não encontraram as fontes adequadas.

Então, acho que, agora, estamos todos empenhados na busca dessas fontes e espero que sejamos capazes de ter um Orçamento que comporte esse aumento.

Esse aumento, no caso federal, é, basicamente, para o INSS. A fonte é para cobrir o déficit da Previdência, que será ampliado na proporção em que haja o aumento do salário mínimo. E a proporção é de cerca de 180 milhões de reais para cada real adicionado ao salário mínimo. Então, é preciso buscar fontes capazes de contemplar esse déficit.

Eu queria deixar claro, entretanto, que é disposição do Governo Federal, é minha decisão que os nossos líderes se empenharão, junto com os demais líderes partidários, na busca de uma solução adequada.

Muito obrigado.